



Caio Patrick de Menezes Britto

**POR TRÁS DA HOMOGENEIDADE DA F.E.B: UMA ANÁLISE
DA COMPOSIÇÃO E MOBILIZAÇÃO DOS PRACINHAS
EXPEDICIONÁRIOS**

Monografia apresentada ao Departamento de História
da PUC-Rio como parte dos requisitos para obtenção
do grau de licenciado em história

Orientadora: Profa. Dra. Larissa Rosa Correa

Departamento de História da Pontifícia Universidade
Católica do Rio de Janeiro

Rio de Janeiro, junho de 2022

Agradecimentos

Agradeço inicialmente à minha família que sempre esteve presente nos momentos mais importantes e decisivos da minha vida e da trajetória acadêmica. Aos meus pais, Claudio e Patrícia, pelo carinho, atenção e pela educação que me propiciaram com muito esforço e dignidade. Ao meu querido e amável irmão Lucas, que desde o seu nascimento, deu mais brilho, luz e alegria para a minha vida.

À Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro pela bolsa de estudos a mim concedida. Ao FESP e toda sua equipe por oferecerem meios que possibilitaram a realização da minha graduação com mais tranquilidade.

Aos meus colegas que fizeram parte da minha jornada acadêmica, João Pedro, Antonio, Tomás, Gisele e Marcella; Aos quais foram muitas trocas de experiência envolvendo as leituras e atividades nas quais a graduação nos demanda.

À professora e orientadora Larissa Rosa Correa, na qual seus ensinamentos foram ímpares para a realização do presente trabalho.

Resumo

Esta pesquisa busca traçar um panorama acerca da força expedicionária brasileira, no que diz respeito às questões envolvendo a situação que os levou à segunda guerra, o cenário político em jogo e as questões sociais e culturais nas quais permearam o cotidiano dos chamados pracinhas que compunham a força expedicionária brasileira. A ideia é desconstruir as questões que enfatizem as experiências vividas por eles que remetam à uma heroicização e mostrar os horrores enfrentados por cidadãos de um Brasil ainda em desenvolvimento, perante às situações complexas as quais a segunda guerra impôs.

Palavras-Chave:

F.E.B; Pracinhas; O Cruzeiro do Sul; Mobilização; Segunda Guerra;

Sumário

Introdução	5
Capítulo 1 – O Brasil Beligerante	10
Capítulo 2 – O perfil da F.E.B: Questões sociais e culturais.....	23
Conclusão	35
Bibliografia.....	37

Introdução

A respeito da composição e mobilização da Força Expedicionária Brasileira, e, em conjunto com a narrativa do jornal *O Cruzeiro do Sul*, cabe procurar evidências que contrastem a narrativa do jornal feito “deles para eles”, no caso, dos próprios militares para os expedicionários, e a partir disso, pontuar as diferentes perspectivas da narrativa do ponto de vista do jornal em comparação com as demais fontes bibliográficas citadas. Assim como, demonstrar o conjunto homogêneo de uma Força Expedicionária e toda a questão humana por trás da heroização, no que diz respeito ao soldado brasileiro em uma guerra de terras desconhecidas. Conforme as palavras de Koeller, “A grande questão é que este Estado não levou em consideração que se tratava de homens que vieram das esferas mais pobres da sociedade brasileira e que nunca haviam ouvido rajadas de metralhadoras ou tiros de canhão.”(KOELLER, 2008, p.1).

A respeito do jornal *O Cruzeiro do Sul*, trata-se de um periódico organizado em 34 edições, impresso na cidade italiana de Florença entre os meses de janeiro a maio de 1945. O periódico circulava geralmente nas quartas ou quintas-feiras e domingo, e seu público alvo de circulação era justamente os soldados da Força Expedicionária, de modo que a circulação do mesmo foi restrita à Itália. Disponível no acervo da Hemeroteca Digital e da Biblioteca do Exército, o periódico *O Cruzeiro do Sul: Publicação do Serviço Especial da F.E.B(1945)* traz consigo uma particularidade. Para tentar explicitá-la, torna-se necessário entender a tipologia deste jornal em específico. A partir de um primeiro olhar, o jornal aparenta ser um mero transmissor de notícias, como qualquer outro jornal em teoria deve ser, porém, a tipologia deste em específico, se estruturou de um modo em que a narrativa da F.E.B se construiu de forma a fomentar a heroização. Em alguns momentos, apesar de dificuldades que o jornal aborda de forma sutil, o mesmo apresenta uma essência implícita, que consiste em fazer do leitor, no caso, os pracinhas, de não só relatar as diferentes notícias que vinham de todos os acontecimentos da Segunda Guerra, em especial, do último ano da mesma. Mas também, demonstrar que o seu inimigo era claro, os países do eixo.

O jornal então se mostrou como uma espécie de “manual” ideológico para justificar qualquer ato de sacrifício ou tribulação, sempre em prol da narrativa de

cunho heroico, de que algum fato, por exemplo a morte de alguém, era justificada como um ato de heroísmo para o Brasil. Ainda nesse raciocínio, o jornal enfatiza a ideia do sucesso de um corpo de expedicionários despreparados, que frente aos embates do contexto que os levou para aquele conflito, prevalece principalmente a questão do sucesso da adaptabilidade do homem de um país tropical, frente à uma nova realidade em que o inverno europeu castigava por suas baixas temperaturas, somando-se ao fato de questões psicológicas em si, como também, ao fato do jornal enfatizar a democracia, embora, em algumas edições, abordava brevemente que algumas publicações só eram colocadas lá, se fossem “aprovadas” por uma espécie de censura que era imposta pela DIP, órgão de censura vigente durante o estado novo, ainda que quem publicasse fosse militar.

Em se tratando de sua estrutura, o jornal logo mostra em suas páginas iniciais o primeiro fator psicológico que os pracinhas encaram. Por exemplo, na seção *Natal de Guerra*, o jornal busca abordar uma festa típica de um Brasil cristão, o Natal, a partir de uma perspectiva coletiva, porém um coletivo que não contemplaria mais a questão familiar dos que ali estavam, a partir disso, já se constata a questão do sentimento de saudade. Por conseguinte, na seção *A Neve e o Pracinha*, retoma mais uma vez a questão da boa adaptabilidade do soldado tropical, que não importava qualquer condição climática, o pracinha brasileiro está sempre em seu posto, cumprindo seu dever perante qualquer circunstância. E, de um modo geral, a estrutura do jornal *O Cruzeiro do Sul*, se mostrava como sendo também uma tentativa de fortalecer a questão psicológica e do sentimento de saudade, bem como de se situar naquele cenário e tentar prever o que estaria por vir.

Nesse sentido, pode-se citar por exemplo, a estrutura que o jornal apresentava para amenizar esses fatores. Na seção *Noticiário Internacional*, que vinha sempre estampada nas primeiras páginas de cada edição, o jornal se encarregava de mostrar as notícias mais relevantes dos países envolvidos naquele conflito, sejam notícias da própria guerra, ou notícias internas de algum país que compunha os aliados. Na seção *Cartas do Brasil*, que vinha sempre na segunda página de cada edição, o periódico apresentava por parte de seus editores, breves relatos de acontecimentos no Brasil, a fim de que amenizasse para seus leitores, os pracinhas, em superar mais uma vez essa questão da saudade, e por isso, o intuito era que a mensagem fosse de encontro ao sentimento humano que cada militar que

ali estava, certamente padecia. Nas seções *O Que Vai pelo Brasil e Esportes*, o jornal se encarregava de demonstrar uma espécie de conforto emocional, sempre vinha estampada na terceira página de cada edição, uma foto de alguma cidade do Brasil, e sempre um contexto de notícias sobre a mesma, bem como na terra do bom futebol, o jornal trazia consigo notícias sobre o esporte que sempre teve grande apreço por parte dos brasileiros, com notícias sobre os campeonatos internos do Brasil. E a seção *A Guerra em Quatro Frentes*, vinha sempre na quarta página de cada edição, ela se mostraria com o intuito de situar o pracinha naquele contexto, ou como já citado, em tentar alocar a posição do pracinha perante as notícias do desenrolar daquele cotidiano de guerra.

Por conseguinte, antes de tentar trazer à tona as questões políticas e diplomáticas envolvendo a criação de uma Força Expedicionária, é importante salientar que, segundo Ferraz:

A guerra em que os brasileiros estavam se envolvendo já era, pela amplitude geográfica e pelo volume de recursos humanos e materiais envolvidos, a maior da história da humanidade. É mais correto dizer que não foram os brasileiros que foram à guerra, mas sim a guerra que chegou aos brasileiros. (FERRAZ, 2005, p.10).

Apresentado um panorama geral acerca do Jornal *O Cruzeiro do Sul*, pontuarei nas linhas seguintes as breves “novidades” a respeito da Segunda Guerra e o século XX.

O século XX, no qual a popularização das técnicas de reprodução de imagens, estáticas ou em movimento, possibilitou a consolidação de uma memória coletiva em torno de fatos históricos tendo como base suas representações. Sobre a Segunda Guerra, muito tem se falado e escrito desde seu término em 1945; muitas são as imagens produzidas da Segunda Guerra, ou sobre ela. Ficcionalis e/ou documentais, fotografias de ação ou posadas, retratos ou paisagens que retratam em geral, batalhas e estratégias e apontam no sentido da coragem, do heroísmo e da superação dos soldados diante de condições sub-humanas. Acima de tudo, imagens que circunscrevem e justificam o desejo de rivalizar em nome de uma causa, quase sempre retratada como um desejo coletivo representado pelas ações da liderança. A História com H maiúsculo, quando trata de guerras, ainda hoje, é a história dos grandes acontecimentos, dos grandes líderes, dos heróis ou das vítimas que lutaram

em nome de uma causa sobre a qual nunca se questionaram. As histórias periféricas, que deram suporte e sustentação às ações e estratégias que ocupavam o centro do palco da guerra, foram relegadas aos bastidores. A grande quantidade de documentação escrita e imagética gerada por instituições civis e militares deixa um hiato, um vazio acerca da palavra daqueles que não tiveram a oportunidade de relatar para a História sua experiência no conflito, embora dele tenham sido ativos participantes.

A Segunda Guerra foi um conflito de tamanha dimensão e inovador nos piores sentidos, em que as consequências catastróficas dos combates chegavam diretamente às pessoas comuns, onde cidades e famílias inteiras foram dizimadas por artefatos bélicos oriundos dos já mortíferos aviões e dos conhecidos canhões. Onde os soldados não se encontravam somente em locais ermos e campos distantes, mas também, em áreas urbanas, estando próximos da vida diária da população civil, vivendo, lutando e morrendo juntamente às crianças, mulheres, velhos e outros homens. Homens que também deixavam seus lares para continuarem a epopeia de glória, horror e desespero dos combates.

Mais de cinquenta milhões de pessoas entre militares e civis pereceram nos cinco anos de guerra, milhões de outras permaneceram vivas como testemunhas de genocídios bárbaros executados em nome de Estados e de ideologias. Elas permaneceram como provas de momentos de superação de seu povo, sejam aqueles que estiveram do lado vencedor ou do derrotado.

Muitas viram os momentos de ascensão do nazi-fascismo e da reação tardia da democracia do ocidente. Não importa em qual parte do planeta estiveram, são testemunhas por terem vivido um conflito mundial que não poupou as fronteiras, pois atingiu de alguma maneira tanto o garoto hindu da Índia, quanto o judeu branco da Itália ou a menina mulata do Brasil.

A Segunda Guerra foi um dos eventos que tornou, pela primeira vez, o mundo com uma percepção de que suas fronteiras estavam se estreitando, fomentando uma infinidade de visões sobre os motivos que levaram sua eclosão, sobre quem estava errado ou certo, sobre como era a vida dos pobres e dos ricos naqueles tempos difíceis, sobre quem foram os heróis, os vilões, os covardes, os mártires e os inocentes.

Em contraponto a uma incomensurável quantidade de documentação escrita, gerada pelas instituições civis e militares, pelos órgãos governamentais e

pelas pessoas comuns que transmitiram para livros de memórias e de literatura, os episódios ocorridos durante a Grande Guerra, há a palavra daqueles que não tiveram a oportunidade de relatar para a História as suas histórias de vida, que apesar de terem sua própria visão sobre o conflito e de muitas vezes terem sido ativos participantes, tornaram-se apenas números nas estatísticas dos exércitos e governos ou alvos de curiosos ávidos em saber dos “contos” de guerra do papai ou vovô herói.

Afim de tentar elucidar o contexto anterior que proporcionou a criação da F.E.B, e conseqüentemente a situação de beligerância do Brasil perante os países do Eixo, torna-se necessário explorar a situação que se desenrolava no cenário diplomático latino-americano.

Capítulo 1 - O Brasil Beligerante

GUERRA!

O GOVERNO DO BRASIL RECONHECE O ESTADO DE BELIGERANCIA COM A ALEMANHA E A ITALIA

Reunido o Ministerio, sob a presidencia do Sr. Getulio Vargas - Expedidas commuicações a Berlim e Roma - Outras providencias em estudo

O GLOBO
Fundado em 1913 - Edição Extra




EDIÇÃO EXTRA

Comunicações a D. E. F.

—O Sr. presidente da República reuniu hoje o Ministerio, tendo comparecido todos os ministros. Diante da comprovação dos atos de guerra contra a nossa soberania, foi reconhecida a situação de beligerancia entre o Brasil e as nações agressoras — Alemanha e Italia. Em consequencia, expediram-se por via diplomática, as devidas commuicações a países dos países. Examinaram-se, em seguida, diversas providencias atinentes

A REUNIAO MINISTERIAL

CERCA DE DOIS MILHARES DE INVAZÃO

O presidente Getulio Vargas fala ao povo

A esquadra pede guerra

Fonte: *O Globo Expedicionário*, 2ª Ed. 1944. Disponível em: <https://acervo.oglobo.globo.com/fatos-historicos/brasil-declara-guerra-alemanha-em-42-na-italia-pracinhas-tomam-monte-castelo-11661868>

ROMPE O BRASIL COM O EIXO!

EDIÇÃO EXTRA

O GLOBO

O chanceler Oswaldo Aranha anuncia, na Palácio Tiradentes, que cessaram as nossas relações com a Itália, a Alemanha e o Japão

Entregues os passaportes aos embaixadores das nações agressoras - Adençados os nomes dos Srs. Getúlio Vargas, do novo chanceler e da América - Grande entusiasmo popular - Estação nas ruas - O discurso do representante de Cuba - O encerramento da Conferência - A brilhante oração do chanceler do Brasil

Uma brilhante oração feita de la guerra e da paz, a Conferência Brasileira de Paz, que se realizou no Palácio Tiradentes, em 24 de agosto de 1942, sob a presidência de Sr. Getúlio Vargas, presidente da República, e a presença de Sr. Oswaldo Aranha, chanceler do Brasil, e de outros membros do governo e do povo. O discurso do chanceler foi muito aplaudido e o povo se levantou em massa para aplaudir o novo chanceler e a América. O discurso do representante de Cuba foi muito aplaudido e o povo se levantou em massa para aplaudir o novo chanceler e a América. O discurso do representante de Cuba foi muito aplaudido e o povo se levantou em massa para aplaudir o novo chanceler e a América.



CESSAM AS RELAÇÕES DIPLOMÁTICAS E COMERCIAIS DO BRASIL COM OS AGRESSORES

No Rio a um milhão de Estados, causando a "caçueira" dos agentes consulares da Alemanha, Itália e Japão - O ato do Governo comunicado a Berlim, Roma e Tóquio



Sr. Getúlio Vargas, presidente da República, em um momento da sessão da Conferência Brasileira de Paz, em 24 de agosto de 1942.

FALA O SR. OSWALDO ARANHA

Com a presença de Sr. Getúlio Vargas, presidente da República, e de outros membros do governo e do povo. O discurso do chanceler foi muito aplaudido e o povo se levantou em massa para aplaudir o novo chanceler e a América. O discurso do representante de Cuba foi muito aplaudido e o povo se levantou em massa para aplaudir o novo chanceler e a América. O discurso do representante de Cuba foi muito aplaudido e o povo se levantou em massa para aplaudir o novo chanceler e a América.

RESOLVIDO O LITÍGIO entre o Perú e o Equador

DECLARAÇÃO DO CHANCELER ROSSETTI AO "GLOBO"

CALMA NAS EMBAIXADAS DO EIXO

Só na chancelaria do Reich é que havia um pouco de nervosismo

O JAPÃO AMEAÇA bloquear as costas americanas!

As forças japonesas estão se preparando para bloquear as costas americanas.

ENTREGUES OS PASSAPORTES AOS EMBAIXADORES DO EIXO

Não foi fixada ainda a data do embarque - Tudo depende do

Fonte: O Globo Expedicionário, 2ª Ed. 1944. Disponível em: <https://acervo.oglobo.globo.com/fatos-historicos/brasil-declara-guerra-alemanha-em-42-na-italia-fracinhas-tomam-monte-castelo-11661868>

Para compreender as motivações que levaram os alemães investirem contra navios indefesos é necessário recuar alguns anos no tempo e entender como se desenvolveram as relações diplomáticas brasileiras com a Alemanha, os EUA e a Itália.

O Brasil passava por série crise econômica desde a década de 1930 e a Guerra desequilibrou os mercados internacionais. O Brasil era um país de perfil de exportação primária que lutava com dificuldades para manter um processo ainda inicial de industrialização, ocupando politicamente um lugar limítrofe na distribuição de poder mundial.

Segundo BARONE (2013, pg. 40), “O truculento regime ditatorial brasileiro implantado por Getúlio Vargas durante o Estado Novo (1937 – 1945) assemelhava-se ao de vários países da América do Sul e da Europa.” Várias ditaduras, ao longo da década de 1930, se instauraram ao redor do mundo. Em Portugal, na Áustria, no Japão, em Cuba, na Argentina, União Soviética e vários outros. Na Alemanha, o alarido do orgulho nacional ferido e as ideias dos criadores do Partido Nacional – Socialista ganharam forte resultado junto à população decaída e sem expectativas.

Segundo BARONE (2013, pg. 40) “Adolf Hitler elegeu-se líder, sob a promessa de uma nova Alemanha, que reinaria por mil anos sobre as nações inferiores do resto do mundo. O palco para uma das maiores tragédias da humanidade começava a tomar forma.” O Brasil de Vargas também tinha a ideia de se firmar diante de toda a América Latina. Durante a República Velha, o poder se alternava entre os latifundiários barões do café de São Paulo e os latifundiários criadores de gado de Minas Gerais; era a chamada “República do Café com Leite”. Vargas, prometendo tirar o poder das mãos dos cafeicultores e pecuaristas, liderou a Revolução de 1930, tomando o poder e liderando o país até que em 1937 implantou uma ditadura do Estado Novo.

Segundo FARIA (2015, pg. 232), “O regime de Vargas apoiava-se em uma constituição centralizadora e autoritária, que guardava muitos pontos em comum com as ditaduras fascistas da Europa”. As Forças Armadas Brasileiras, principalmente o Exército Brasileiro, estavam desestruturadas para atenderem às exigências de uma guerra moderna e inédita ao país.

Segundo FARIA (2015, pg. 238): O Exército Brasileiro contava com um efetivo aproximado de 60 mil homens, sua organização, instrução e doutrina e

emprego obedeciam aos regulamentos de característica francesa. Os armamentos e equipamentos, na sua grande maioria de procedência estrangeira, eram antiquados e em número insuficiente para atenderem às novas exigências.

Importante pontuar também que, antes mesmo do advento do Estado Novo, em 1937, Vargas procurava meios para diversificar a produção brasileira e angariar novos mercados para estabelecer parcerias econômicas. A Alemanha surgia como este parceiro favorável, pois vinha em franca recuperação econômica e se interessava pelos produtos primários vindos do Brasil, que por sua vez aspirava impulsionar seu parque industrial com o apoio germânico.

Em relação à Itália, o relacionamento era marcado por uma grande identificação cultural, devido aos laços de latinidade e a boa diplomacia entre os governos. No entanto, não possuíam uma parceria econômica significativa.

Em 1936, os EUA implantavam o fim do pan-americanismo coercitivo, que foi marcado pela imposição militar e pelo pouco diálogo com os governos da América. Para o Brasil, neste período, destaca-se a dificuldade de cooperação militar, fato que pontuou as relações por muito tempo, e a atuação positiva de Osvaldo Aranha junto à Embaixada Brasileira em Washington.

A partir do Estado Novo, a atuação do governo brasileiro em relação a sua política externa é dividida em duas fases: a 1ª, em meados de 1937, é a de estabelecimento de um regime corporativo no País e de uma forte preocupação com o fortalecimento do nacionalismo no Sul, haja vista as dificuldades de assimilação do ensino de língua portuguesa aos imigrantes alemães, além da preocupação quanto às atividades do Partido Nazista naquela área, que eram apoiadas pelas embaixadas da Alemanha e da Itália. Esta fase é marcada, também, pela ação criminosa dos integralistas, ao tentarem assassinar Vargas dentro do Palácio Guanabara. Já na 2ª fase, ocorre uma lenta retomada do diálogo Brasil-EUA, inclusive com esboços de um plano de cooperação econômica. Neste período, de maneira paradoxal, há uma tentativa de reaproximação entre o Brasil e a Alemanha.

O governo possuía características próprias de um regime forte, tanto que no gabinete presidencial havia vários elementos simpáticos à forma de governar desenvolvida na Alemanha, na Espanha e na Itália. Dutra, o Ministro da Guerra, e o General Góes Monteiro, chefe do Estado-Maior do Exército, admiravam a disciplina e o poder militar externado pelos alemães, antes mesmo do início da Segunda Guerra. Filinto Muller, chefe da segurança de Vargas, e Waldemar Falcão,

Ministro do Trabalho, também nutriam a mesma admiração. Durante praticamente todo o processo de envolvimento do Brasil na Segunda Guerra, os conflitos ideológicos entre este gabinete e os interesses norte-americanos, representados pela ação de Aranha e dos embaixadores dos EUA no País, perturbaram a definição da posição brasileira.

Getúlio Vargas, também durante todo o período que antecedeu a entrada do Brasil na Guerra, apresentou uma posição dúbia ante as propostas alemãs de cooperação, em troca da neutralidade diplomática e de defesa do continente e de união das Américas, feitas pelos norte-americanos. Com a 1ª Conferência Panamericana realizada em Lima, em 1940, a decisão brasileira era de se manter neutro ante o recrudescimento do conflito na Europa, inclusive com a perspectiva de vitória do Eixo. Vargas afirmava que o Brasil não iria tolerar atos beligerantes no território nem apoiaria a passagem de aeronaves ou navios que estivessem a caminho de ações de guerra. A Alemanha apoiava esta neutralidade, pois isto enfraqueceria os aliados.

O ano de 1941 foi determinante para o Brasil em relação a sua política exterior, pois saíria desta posição dúbia para, junto à toda a América Latina, alinhar-se aos norte-americanos em prol da defesa do continente e contra o avanço do nazismo e fascismo em todo o mundo. A guerra, inclusive, já aparecia em forma de intensos combates no continente africano, a poucos milhares de quilômetros do Brasil.

Após os acordos firmados na 3ª Conferência Panamericana, em Havana, os países membros definiam-se, de fato, pela neutralidade do continente. O Brasil, assim mesmo, resolveu ceder aos americanos a instalação, já em 1941, da base aérea de Parnamirim, em Natal. O “trampolim da vitória”, como ficou conhecido, foi utilizado para apoio às ações dos EUA na África e como ponto forte na defesa do litoral nordestino para as ações contra submarinos e em caso de uma invasão alemã.

O Presidente Vargas, no entanto, mantinha-se firme em sua resolução de continuar ligando-se diplomaticamente com seus ex-parceiros, alemães e italianos, apesar da queda na intensidade do comércio, da proibição das atividades do partido nazista alemão no Brasil (NSDAP) e da utilização da língua alemã, pela expulsão de embaixadores, do fim da concessão da Lati (Linhas Aéreas Transcontinentais Italianas) e da Condor, empresas aéreas italiana e alemã, respectivamente, e de outras ações que foram tornando impossível a restauração da amizade entre esses

países.

Quanto aos EUA, as relações, principalmente de cooperação militar, continuam marcadas pela desconfiança de lado a lado, haja vista que o Brasil ansiava pelo recebimento de material militar para modernizar suas Forças Armadas e os americanos queriam utilizar seus próprios meios para garantir uma aliança protetora no continente, além de visualizarem o Nordeste Brasileiro como região estrategicamente preocupante.

Em 7 de dezembro de 1941, acontece um evento que definiria a situação diplomática no continente. Sem aviso prévio, os japoneses atacaram a base naval de Pearl Harbor, no território americano do Hawai, provocando a entrada dos EUA efetivamente na Guerra.

Em nova Conferência, desta vez no Rio de Janeiro, os ministros das relações exteriores das diversas nações americanas, em nome dos seus governos, decidiram pelo afastamento das relações diplomáticas com os governos alemão, italiano e japonês. Exceção feita ao Chile, preocupado com a possibilidade de ataques do Japão, e da Argentina, que possuía laços culturais e políticos com os dois países europeus.

A partir daquele momento não haveria volta para a diplomacia brasileira, calcada pela mão firme de Vargas, ensaiar qualquer tipo de aproximação. Foi uma vitória, principalmente, do Senhor Osvaldo Aranha, agora o Ministro das Relações Exteriores, artífice dos movimentos diplomáticos que levaram o País ao alinhamento com os norte-americanos. Para os principais generais brasileiros, não foi uma decisão correta, pois acreditavam (e estavam certos) que o Brasil não teria condições de defender seu vasto território, mas também, como foi dito, possuíam suas simpatias ideológicas com o Eixo.

Preocupados com a perda de um antigo parceiro brasileiro, os alemães, por meio de seu embaixador, Curt Prüfer, ainda tentaram convencer Aranha em repensar a atitude tomada. O brasileiro negou-se a ir contra a decisão continental do Encontro do Rio de Janeiro, mesmo porque essa ação atingia um dos seus objetivos como ministro, que era estar ao lado dos EUA. Os italianos e japoneses, da mesma forma que Prüfer, apelaram para uma possível retificação de Aranha, e também não foram atendidos. Ao verem que seus pedidos não seriam aceitos, ameaçaram com a visualização de um estado de guerra entre os países, iniciando então, os ataques aos navios mercantes brasileiros.

Tendo isso em vista, entra o ano de 1942, no qual o Brasil governado por Getúlio Vargas, estava numa balança de neutralidade entre os Estados Unidos e a Alemanha. Por um lado, os Estados Unidos que já se recuperavam da crise de 1929, e a Alemanha, por outro lado, que vinha conquistando prestígio internacional desde a ascensão dos nazistas ao poder e seu plano de influência nos países latino-americanos. Tendo isso em mente, a neutralidade do governo brasileiro em meados da guerra incomodava ambos os lados, tendo em vista, sobretudo:

[...]pressionados pelo vizinho mais poderoso, a maioria dos países latino-americanos rompeu relações diplomáticas com a Alemanha, a Itália e o Japão, ainda em janeiro de 1942, na Conferência de Chanceleres, no Rio de Janeiro. (FERRAZ, 2005, p.13).

Diante desse fato, o Brasil do governo de Vargas só tomou uma atitude, quando o 6º navio brasileiro, chamado “Cairu” foi torpedeado por um submarino alemão “Se a declaração de guerra e os torpedeamentos eram notícias distantes que só repercutiam nas grandes cidades, a criação da F.E.B fez com que a guerra se tornasse muito mais próxima para brasileiros de todas as regiões do país.”(MAXIMIANO, 2010, p.15). Em consequência de tais atitudes e, pressionado pela influência aliada dos Americanos, Vargas então, decide romper definitivamente com os países do Eixo.

Após a declaração de guerra, os afundamentos dos navios mercantes persistiram, mas a Guerra no Brasil era pouco sentida, pois foi reduzida às notícias de jornais, ao racionamento de gasolina e aos black-outs. Em meados de 1942, Aranha e Vargas começaram a vislumbrar a possibilidade de assegurar uma participação efetiva no conflito, sonhando em comparecer como uma voz importante no conselho de paz do pós-guerra e assegurar um assento permanente na futura organização que seria criada.

Vargas, acreditava que aumentando a participação militar do Brasil, poderia obter uma posição internacional mais forte, além de proporcionar às Forças Armadas uma atividade de defesa dentro de suas atribuições como Instituições, fazendo com que ficassem fora do cenário político nacional.

O encontro entre Vargas e Roosevelt em Natal foi o ponto chave da futura participação, pois aumentou a confiança entre ambas as nações, apesar da influência

de simpatizantes da Alemanha, como Dutra e Góes Monteiro, no governo brasileiro. No Brasil, os oficiais mostravam-se animados com a formação de uma tropa para combater em qualquer teatro de operações, fosse para a África, na Guiana Francesa ou na Europa. Dutra começou a encampar a ideia, pois apesar de não confiar nos norte-americanos, sabia que era necessário o apoio destes para a preparação brasileira e que isto poderia assegurar uma evolução no poderio bélico das Forças Armadas.

Os problemas para se atingir esse objetivo eram imensos, afinal, o Brasil tinha recursos tecnológicos escassos, uma economia subdesenvolvida, um Exército com poucos homens, poucas armas, com treinamento deficitário e com a expectativa de terem que se apoiarem exclusivamente nos americanos, para que pudessem lutar. E eram governados por um ditador que ansiava lutar contra regimes totalitários que antes apoiara. Mais à frente teriam, ainda, problemas com a pouca confiança da própria população.

Para que enviar uma Força Expedicionária para a Guerra? Em meio a tantas dificuldades em material humano e recursos? Preparar um grande efetivo de militares para defender o País em seus próprios limites territoriais foi de um esforço hercúleo, imaginemos para transportá-los para outro continente!? Vargas, a partir das palavras encorajadoras de Roosevelt, que lhe disse que os brasileiros estavam na guerra para estabelecer a paz com justiça e a segurança, resolveu ampliar as obrigações brasileiras dentro de conflito.

O presidente sabia dos problemas que adviriam com a participação efetiva, mas acreditava que o País não poderia se limitar a fornecer materiais estratégicos e a servir de base intermediária para tropas em deslocamento para a Guerra na Ásia ou na África. O próprio Aranha acreditava que não seria mais necessário homens serem enviados do Brasil para a Guerra, mas concordava com a ideia de Vargas. E ia além, vislumbrava papéis estratégicos de vulto para o Brasil, como uma ascendência maior sobre Portugal e suas possessões, aumento do poder militar, liderança sobre a América, a criação de uma indústria bélica, a participação importante na reconstrução de mundo pós-guerra e a extensão de suas vias férreas e rodoviárias. Após os combates e o reordenamento mundial, muitas destas previsões não foram concretizadas.

Posteriormente, no ano de 1943, Vargas toma um posicionamento devido aos fatos ocorridos e os descontentamentos populares naquele momento, com isso

ele cria uma Força Expedicionária Brasileira que ficaria encarregada de lutar contra o nazifascismo na Europa. Por exemplo, era comum ver pessoas gritando bordões Pró-Vargas e Pró-Brasil, assim como gritos de “Morra Hitler” e “Morra Mussolini”, tais atitudes foram transmutadas de meras palavras em atitudes, prova disto foi com os aplausos da população ao queimarem bandeiras da Itália e Alemanha, ambos países do Eixo.(LOCHERY, 2015).

“A entrada da F.E.B na Segunda Guerra, não se deu por decisão de um ou poucos homens, mas foi resultado de uma decisão democrática, nas cidades e nos campos, por uma população consciente da atitude que assumia.” (*O Cruzeiro do Sul*, 1ª edição, p.4). Embora o trecho em questão exalte uma decisão democrática do ponto de vista do jornal, no conteúdo da presente pesquisa, foi mencionado que na prática, muitos nem sabiam o porquê de estarem ali e qual era a real situação do país perante aquele conflito, o que demonstra uma omissão do ponto de vista do jornal. A propósito desse fato, o autor Maximiano pontua a respeito da omissão do jornal *O Cruzeiro do Sul*:

Soubemos com grande mágoa que certos jornais do Brasil, baseados em informações errôneas e – quem sabe – tendenciosas, têm publicado comentários absolutamente falsos sobre a F.E.B. Notícias inverossímeis ou pouco expressivas que apresentam a participação dos brasileiros nesta luta como um passeio de turismo pela Europa.(MAXIMIANO, 2010, p. 97).

A F.E.B foi criada com um efetivo de pouco mais de 25 mil contingentes, sob a liderança do General Mascarenhas de Moraes, foi constituída de 5 escalões, sendo o 1º já embarcando rumo à Itália em julho de 1944, no porto do Rio de Janeiro, e chegando lá em 5 de agosto do mesmo ano. Embasados nos ideais da Revolução Francesa “Liberdade e Justiça”, os Brasileiros da F.E.B, embora despreparados emocionalmente e fisicamente;

Para agravar a situação, um expressivo número de convocados foi considerado “apto” sem sê-lo, pois havia uma concepção generalizada entre os selecionadores de que os convocados poderiam simular incapacidade física ou mental para escapar da seleção. A consequência foi enviar para a Itália algumas centenas de homens incapacitados para os esforços de uma guerra.(FERRAZ, 2005, p.39).

Ainda assim, se lançaram a própria sorte do coletivo, mirando um único

objetivo, o de provar seu valor e derrotar o inimigo maior daqueles que ameaçam a preservação desses ideais. A partir dali, e segundo o destaque do jornal, o Brasil já entrara “pra história”, pois, “Pela primeira vez em sua história, o Brasil tem soldados lutando ao lado de norte-americanos, ingleses, russos, sul-africanos, canadenses, escoceses, néo-zelandeses, australianos, indús e franceses e tantos representantes de povos libertados.”(*O Cruzeiro do Sul*, 1º edição, p.4).

Abaixo é possível observar o jornal *O Globo Expedicionário*, trazendo em sua capa da 2ª Edição do ano de 1944, o fato da Força Expedicionária já estar presente no território europeu arrasado pela Segunda Guerra:



Fonte: *O Globo Expedicionário*, 2ª Ed. 1944. Disponível em:
http://memoria.bn.br/pdf/177415/per177415_1944_00002.pdf

Tendo isso em vista, caberá nesse momento destacar o que estava por trás dessa Força Expedicionária, em especial, analisar e pontuar a heterogeneidade e o coletivo desses pracinhas expedicionários, levando-se em conta o processo da mobilização para a guerra e como isso se tornou um problema, dado que, o processo envolvendo a questão de mobilização de um exército para qualquer guerra pode ser considerada a parte mais difícil no processo. Tão logo, para a integralização da FEB não foi diferente (COSTA, 2013), pois, majoritariamente a Força Expedicionária era composta por homens que, anteriormente não tinham qualquer vínculo com a rotina militar.

Nessa linha de pensamento, cabe pontuar como se deu o processo de alistamento para a mobilização e integralização da F.E.B. O processo em si foi uma espécie de “amostra” do que estava por vir, ou seja, era o início de um ciclo que diverge amplamente da ideia de um passeio turístico na Europa. Por exemplo, como aponta Barone:

O processo de seleção para formar a FEB seguiu o roteiro vigente no serviço militar brasileiro, ou seja, um sistema anacrônico, defasado e desorganizado, que promovia um grande desconforto e aborrecimento aos cidadãos que se apresentavam. Além de ser um verdadeiro desafio à paciência, o processo expunha os convocados a muitas humilhações e maus tratos por parte dos militares em serviço nas unidades de seleção do pessoal.(BARONE, 2013, p.103).

Os médicos olhavam de relance os reservistas, porque num país com a população pobre e com baixa salubridade física, as Comissões de Inspeção foram obrigadas a proceder a uma atenuação dos critérios. Em vista disso, foram recrutados soldados sem as mínimas condições físicas ou de saúde, e incorporados centenas de analfabetos que não atendiam às exigências para lidarem com equipamentos mais complexos. A maioria era da região Sudeste. Os recrutados se amontoavam nas diversas instalações militares que não tinham condições dignas necessárias para receber aquela quantidade de pessoal. Apenas o voluntariado não seria capaz de reunir homens em número suficiente. Em vista disso, a população masculina foi dividida entre os que se apresentavam voluntariamente e os que tiveram que se alistar compulsoriamente em resposta aos chamados das Forças Armadas.

Dentro desta mesma lógica, outro ponto imprescindível de destacar envolvendo o processo de alistamento, é o fato da hierarquização existente a respeito da desigualdade social interna na própria F.E.B. Por exemplo, enquanto a maioria dos expedicionários era composta por homens civis, uma outra parte, composta por militares, se lançaram a fugir do cumprimento com sua obrigação, talvez passando uma ideia de conhecimento prévio da situação que estava por vir, ou ainda, pelo fato de um sentimento de inferioridade, mediante a integralização de uma corporação militar em que estariam equiparados à homens comuns que desconheciam uma rotina de farda. Para exemplificar essa ideia, os autores Maximiano e Gonçalves apontam:

Ao contrário de muitos jovens de condição melhor, não procuraram subterfúgios para escapar ao alistamento na FEB. Legiões de conscritos das classes mais altas, mais bem instruídos e em melhor estado de saúde logo trataram de arrumar pistolões que lhes garantissem a exclusão da FEB. O mesmo valeu para uma quantidade considerável de oficiais da ativa, que arrumaram meios escusos de fugir da obrigação. Foi uma passagem triste do período de formação da FEB.(MAXIMIANO e GONÇALVES, 2005, p. 30).

Nesse sentido, fica evidente que a rotina envolvendo todo esse processo de alistamento, certamente foi dura. De alguma maneira, ainda que soe contraditório, os homens civis que viriam a compor a Força Expedicionária, estavam sendo selecionados sobre estas péssimas condições apresentadas, para combater um ideal que ameaçasse à democracia, ainda que em seu próprio território, a liberdade política fora desconhecida, assim como os embates hierárquicos internos que tiveram de enfrentar. Contudo, um contraste entre os então militares e os civis, esse em sentido otimista e positivo, fora:

Aqueles a quem o país mais havia proporcionado privilégios, que mais tinham boa posição social, foram os que menos devolveram o tributo de combater pelo Brasil. Quem permaneceu na unidade foram os idealistas, voluntários, resignados ou simplesmente quem não conseguiu ser excluído.(MAXIMIANO e GONÇALVES, 2005, p. 30).

Capítulo 2 – O perfil da F.E.B: Questões sociais e culturais

No que tange a multietnicidade, tanto na composição do Brasil quanto propriamente na integralização da F.E.B, “A FEB era um bom resumo do povo do Brasil, não só porque tinha soldados de todos os seus estados e de todas as classes sociais e níveis de cultura, mas também porque levava todos os seus defeitos e improvisações, todas as suas incoerências e mitos, todas as falhas e virtudes desse povo.”(BRAGA, 2005). Como tendo sua condição de um país agrícola no contexto daquele tempo, o Brasil era um país desacreditado quanto a mandar seu povo para lutar na grande guerra. Por exemplo, na época desse contexto, a opinião pública afirmava que era mais fácil “ver uma cobra fumando” do que de fato, o Brasil enviar pessoas à guerra. Embora de fato, a “cobra fumou”, em muitos casos também ela apenas engasgava com sua própria fumaça, pois de alguma maneira, a narrativa da heroicização que o jornal impunha estava sempre por cima da humanização, ou seja, havia uma tentativa de construção de uma narrativa em que a intenção era um certo ofuscamento dessas tribulações humanas, logo, por trás do corpo expedicionário de heróis, haviam vidas que estavam ali por motivos diversos, mas que padeciam as necessidades reais de um ser humano, em especial, oriundos de um país tropical e subdesenvolvido, como era o caso do Brasil.

Por exemplo, um fator primordial para os brasileiros que ali estavam, foi a questão da diferença cultural entre os países, tendo como maior discrepância, por exemplo, a questão da alimentação:

Outro impacto sofrido por esses militares ocorreu na área cultural, quando foi introduzida, sem qualquer adaptação, uma alimentação estranha ao seu padrão cultural, o que acarretou grandes dissabores a esses expedicionários.(PEREIRA, 2018, p.105).

Ainda com relação a isso, têm-se o fato, por exemplo, a respeito do Rio de Janeiro, responsável pelo porto da primeira partida da FEB rumo à Itália. Com isso, e somado à questão da alimentação a bordo de um navio, muitos pracinhas embora estivessem “abastecidos” dos mais variados tipos de alimentos disponíveis no cardápio, a realidade era que, na maioria das opções, não era de agrado daqueles pracinhas, ainda somado com o fator do enjoô em alto mar do navio,

As consequências foram tão devastadoras que alguns soldados mal conseguiram se levantar da cama praticamente durante toda a viagem. Os únicos alimentos que os pracinhas ainda toleravam eram algumas frutas, normalmente laranjas e maçãs, que alguns companheiros conseguiam apanhar no refeitório.(PEREIRA, 2018, p.109).

Mesmo em solo italiano, a questão da alimentação ainda estava completamente subordinada aos americanos, uma vez que, como já dito, os expedicionários foram incorporados junto à uma divisão norte-americana, desde o momento que desembarcaram na Itália. Embora tal fato pudesse significar alguma mudança positiva, o fato é que os brasileiros continuavam recebendo alimentação de paladar ruim. A nomenclatura que os americanos utilizavam nas denominadas “rações” eram as seguintes: “A, B, C, D, K e 10 em 1”. Cada uma dizia respeito a um público específico, mas que no geral, a “ração” que atendia os brasileiros da FEB, era quase sempre a tipo “B”.

Porém, em determinadas situações, os soldados eram obrigados a se alimentar de rações de reserva, o que não era de agrado da tropa. Se essa ração tivesse que ser consumida fria, a rejeição aumentava ainda mais, visto que passavam por um dos mais rigorosos invernos na Europa, com temperaturas que chegaram aos 15 graus Celsius abaixo de zero na área de combate da FEB em dezembro de 1944.(PEREIRA, 2018, p.113).

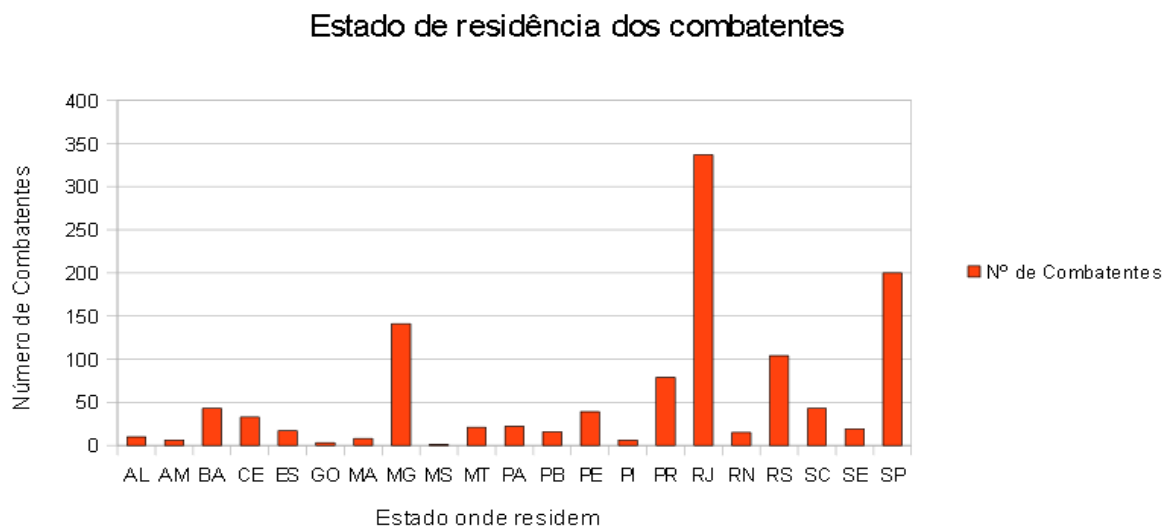
Considerando o exposto até aqui, sabe-se que de fato, o Brasil participou da grande guerra, que não somente envolveu inúmeros países do globo, mas que envolveria em se tratando de Brasil como um país continental, homens e mulheres,

Neste cenário de um Brasil provinciano surgiu um grupamento de mulheres, fora do padrão delineado pela sociedade da época, com o ideal de seguir para a Guerra em defesa de seu país. Iniciava-se a formação de um grupamento feminino de Enfermagem que veio a compor os quadros do Exército Brasileiro, formado por mulheres que emergiram de um mundo familiar, protegido e limitado, e que se dispuseram a enfrentar um mundo heterogêneo em que vieram a conviver, lado a lado, com militares homens e outras mulheres, as enfermeiras norte-americanas, formadas em outro contexto. (BERNARDES e LOPES, 2007, p.449)

dos diferentes estados, de norte a sul, leste e oeste, e em muitos casos, esses envolvidos sequer tinham algum vínculo anterior relacionado ao militarismo, em

sua maioria, para além de pessoas com “empregos normais”, muitos também eram reservistas que tiveram que se apresentar perante à situação que os chamava de ir à Guerra. “A composição das tropas nacionais representava um microcosmo da sociedade brasileira, com recrutamento de soldados, marinheiros e aviadores de todos os estados do Brasil e oriundos de variados grupamentos étnicos.”(BLAJBERG, 2017, p.3). Tornando assim, o corpo dos expedicionários a definição heterogênea fruto do “choque” de culturas do Brasil das primeiras décadas do século XX. Desse modo, a fim de sintetizar essa ideia a respeito do número de convocados dos diferentes estados brasileiros, as tabelas abaixo se mostram relevantes para tais análises:

Tabela 1- Mostra a situação de números de reservistas que compunham a FEB e seus respectivos estados:



Fonte: Ribeiro (2013, p.162)

Tabela 2 - Mostra os números dos contingentes que se apresentaram ao serviço militar e sua respectiva ocupação anterior, do chamado “empregos normais” na situação da Guerra:

Ocupação	Soldados e Cabos	Sargentos	Total
Comerciário	18,8%	34,07%	19,91%
Agricultor	27%	3,3%	25,58%
Operário	10,19%	0%	9,01%
Serviços de obra e manutenção	11,24%	3,3%	10,3%
Funcionário Público	4,52%	4,4%	4,46%
Motorista	4,2%	1,1%	4,12%
Estudante	3,26%	24,18%	4,72%
Outras ocupações	20,8%	29,67%	21,89%
Total	100%	100%	100%

Fonte: Ribeiro (2013, p. 161)

Em se tratando de culturas e especificamente do âmbito religioso, pode-se destacar, para além do catolicismo, que já possuía uma grande expressividade no Brasil nesse período, o caso de religiões menos expressivas no Brasil, como por exemplo, a religião judaica, que foi representada por uma pequena quantidade de pracinhas expedicionários.

Convencidos do chamado de convocação para lutar contra “forças maiores” que ameaçavam seus ideais, os judeus da FEB, embora estivessem convencidos de lutar, se viram na situação de um duplo perigo, uma vez que, suas crenças frente aos inimigos de seus ideais levavam uma condição de que, uma vez capturados, seriam executados arbitrariamente. É a partir dessa ideia, de que vem a questão do

“duplo perigo”(BLAJBERG, 2017). Tendo em vista a condição de suas crenças, e como já citado, a questão da execução arbitrária, **infelizmente esses fatos foram alcançados por muitos judeus**, ou seja, cumpriram seu dever a que foram designados, em nenhum momento negaram suas crenças e por isso, experienciaram a morte pela não negação ao judaísmo.

Pode-se dizer também que, a partir do exposto, infere-se uma ideia de “duplo heroísmo”. Diante das diferentes frentes de batalha que a FEB encarou em territórios da Itália, os judeus se mostraram relevantes e estiveram presentes nos grandes feitos:

Os judeus estiveram presentes e se destacaram em todas as batalhas travadas pela FEB, particularmente na chamada “Trindade de Glórias”, as três importantes vitórias em Monte Castelo, Montese e Fornovo, nas quais alguns foram condecorados com importantes medalhas de valor militar.(BLAJBERG, 2017, p. 6).

Redirecionando o foco heterogêneo dos pracinhas, se torna imprescindível mencionar a questão da miscigenação como sendo uma característica da sociedade brasileira e muito discutida pela política de democracia racial implantada pelo governo Vargas a partir de 1930. No entanto, é importante ressaltar que as discussões envolvendo questões raciais, enquanto estrutura de pensamento organizada e baseada em fatores pretensamente científicos, na qual se fundamenta a crença na superioridade racial de determinado grupo, tem início por volta da década de 1870. Estas teorias surgidas na Europa, buscavam justificar diferenças raciais e culturais com base em teorias supostamente científicas. Segundo Barbosa,

O racismo científico foi uma doutrina que, apresentando-se universal e racional, afirmava que existiam hierarquias biológicas entre as raças humanas. A ideia subjacente era promover uma determinada raça como a mais desenvolvida e apta para governar as outras raças, consideradas inferiores e incapazes. (2016, p. 264)

Estas teorias rapidamente ganharam adeptos no Brasil. Diversos intelectuais se debruçaram sobre o “problema do negro” no país, especialmente em um contexto em que a abolição se tornava uma realidade concreta. Não seria até os anos 1930, no entanto, com a publicação de Casa Grande Senzala, e no contexto da Era Vargas, que alguns dos estereótipos sobre os negros mais comuns na atualidade

apareceriam. As teorias raciais que circulavam pelo país desde o século XIX ganharam uma nova conotação com a obra de Freyre. As elaborações racistas, que até o momento se baseavam em teorias biológicas, ganham um aspecto sociológico, com ênfase na participação cultural dos negros na formação da nação. Neste sentido, imagens como o do negro com aptidão natural para dança, música e esportes, a da mulata libidinosa se difundiram. A abordagem freyreana, no entanto, não deslocou o imaginário racial que já circulava no país, pelo contrário, se uniu a este, na medida em que, a ênfase em aspectos culturais como os apontados, se associou a um imaginário que remonta ao século XIX, que justifica as desigualdades sociais entre negros e brancos a partir de aptidões biológicas. Neste sentido, os aspectos culturais se devem a “dons” inatos.

Além desta abordagem cultural para o problema, Freyre formulou de forma mais clara que seus antecessores a ideologia do branqueamento. Esta remontava ao século XIX, e desde aquele período defendia a miscigenação como forma de criar uma nação racialmente coesa, e branca, eliminando a presença negra e indígena, através do clareamento dos indivíduos. Em Freyre, a Democracia Racial e a Ideologia do branqueamento se combinam em um quadro no qual as relações inter-raciais são tanto símbolo da cordialidade entre as raças, na medida em que a ausência de preconceito tornaria possível a estas conviverem e se misturarem, quanto meio de eliminação dos negros, através do branqueamento sucessivo das gerações.

Esta concepção se manteve, abrindo espaço para manifestações contínuas de racismo que se ocultavam sob o véu da Democracia Racial, sendo esta ideologia desposada por diversos governos ao longo do século XX. Tanto a ditadura Vargas, quanto a ditadura civil-militar se empenhavam em transmitir a imagem do país como uma democracia racial e, ao fazê-lo, vinculavam a imagem dos negros ao futebol, ao samba, ao carnaval como marcas de nacionalidade e de aptidões dos negros.

Tendo isso em vista, a questão da miscigenação vem à tona quando comparada a outros exércitos de países mais expressivos que mandaram homens para a guerra (britânicos, franceses e os próprios americanos). Todos estes citados, de alguma forma tentavam contornar a questão de um racismo implícito, no que diz respeito à hierarquização e organização das tropas nos diferentes “fronts” de

batalha, em contrapartida, os brasileiros da Força Expedicionária, experienciaram episódios que retratavam, de algum modo, um modelo ideal para representação da propaganda difundida por Vargas a respeito do olhar voltado para o exército, tendo como base, uma tentativa ainda que indireta de hierarquização entre brancos e negros, ou seja, a de representar o exército nacional como sendo uma unidade embranquecida. Por exemplo, pode-se citar o fato da mobilização das tropas, ainda no Brasil, em que ocorreram episódios de hierarquização nos desfiles militares, sobretudo quando oficiais superiores da F.E.B deram a ordem de excluir os soldados negros dos desfiles, de tentar ofuscá-los de fileiras em destaques nas marchas militares, ou simplesmente em garantir a não visibilidade de pracinhas negros em veículos militares.(ROSENHECK, 2015.).

Tendo isso em vista, pode-se citar por exemplo, o fato da incorporação de uma divisão de combate da FEB, que foi integrada junto a uma divisão específica do sul dos Estados Unidos, em que ficou evidente o contraste racial entre as duas tropas, de um lado, uma tropa majoritariamente negra do sul dos EUA, de outro, uma tropa resultante de um país diversificado em inúmeros quesitos, em que o fator heterogêneo era o contraste evidente. “A FEB foi uma coisa revolucionária para o Brasil, mas de certa forma ela também foi revolucionária para os aliados. Embora houvesse um racismo velado, como era comum à época, a FEB foi a única tropa aliada racialmente integrada.”(MARIANE, 2020.).

Os pracinhas brasileiros ficaram impressionados com muitos aspectos das tropas dos Estados Unidos, especialmente a respeito de seus comandantes para com seus soldados, permeando as essências militares do espírito do cidadão-soldado, e seu foco no desempenho de combate e praticidade, envolvendo a hierarquia militar.

Enquanto estas impressões por parte dos pracinhas brasileiros acerca dos americanos geraram reflexões, a principal sem dúvida, foi a questão da segregação racial vigente nas tropas americanas. Quando os brasileiros encontraram inicialmente o exército segregado dos americanos, eles reagiram com curiosidade, espanto e choque à mera ideia de que tal prática existia. Na verdade, a ideia é que o racismo americano é real, ocorre uma explícita distinção das pessoas pela cor de pele, fruto também, de ausências de leis raciais que por muito tempo permearam a sociedade americana dos séculos XIX e XX.

Aos olhos dos brasileiros, não só a segregação norte-americana era uma prática “problemática”, pois também, impactou o desempenho das unidades afro-

americanas. Durante os primeiros e últimos meses da campanha, alguns pracinhas brasileiros notaram a falta de confiança nas tropas americanas negras. Logo, os brasileiros presenciaram as performances dos afro-americanos e perceberam um certo receio quanto ao que se era esperado. Com isso, as tropas negras americanas não impressionaram os brasileiros, que repetidamente mencionam que os americanos eram bons soldados, com exceção dessas unidades segregadas afro-americanas.

Quase que por unanimidade, os brasileiros julgam e explicam a percepção acerca dos americanos, traduzida numa conduta desmotivada por seu baixo moral, e que por sua vez é fruto do resultado direto das tensas relações raciais no exército segregado dos Estados Unidos.

A conclusão que se pode apontar acerca dessas questões envolvendo as tropas raciais, é que, à medida que observavam como as outras pessoas interagiam, se comportavam e viviam, as diferenças entre os outros e eles próprios tornaram-se aparentes.

Embora alguns desses encontros tenham deixado os brasileiros com um certo olhar de estranhamento, o choque das tensas relações raciais que viram entre seus aliados norte-americanos os encheu de orgulho por suas próprias normas sociais. O estudo de como os pracinhas oriundos de todas as esferas da sociedade brasileira reagiram a outro sistema racial e, por sua vez, refletiram sobre o seu próprio, é uma janela útil para como os brasileiros comuns – em vez de intelectuais e produtores de ideologias – entendiam a ideologia da Democracia Racial que caracterizava sua sociedade no momento.

Enquanto os estudiosos do pós-Segunda Guerra Mundial expuseram meticulosamente as deficiências, falhas e imperfeições da harmonia racial assumida brasileira, não se podia ignorar, no entanto, a contínua existência do racismo na sociedade brasileira.

A guerra dos pracinhas contra o totalitarismo em solo europeu expôs a contradição entre os valores pelos quais lutavam e os do Estado Novo autoritário que os enviava. Da mesma forma, a condenação dos pracinhas mediante à discriminação institucional e ao racismo norte-americanos, também chamou a atenção dos brasileiros para seu próprio sistema de relações raciais.

Todos esses fatores, contribuíram para fomentar o imaginário de uma unidade militar, majoritariamente branca, ainda que na prática, como será abordado

adiante, a F.E.B seria composta por uma porcentagem relevante de negros e pardos, devido às questões problemáticas impostas pelo alistamento.

A partir dessa ideia de integração e partindo do pressuposto de um racismo velado, cabe apontar uma questão fundamental que explique o acaso da representação quase que “perfeita” da composição do chamado caldeirão de raças da sociedade brasileira.(FERRAZ, 2020). Tendo em vista essa integralização étnico-racial pela qual a F.E.B experienciou, e a ideia que explique essa “perfeição” fique clara, torna-se imprescindível apontar um breve panorama do qual a sociedade da década de 40 do século XX passava e o quão problemático isso se tornaria para a formação da Força Expedicionária. Desse modo, verifica-se que na década em questão, a sociedade brasileira experimentava graves problemas sociais, englobando questões sanitárias, educacionais e socioeconômicas. Partindo desse fato, a ideia de formar uma Força Expedicionária, sobretudo com a imagem de uma tropa racialmente integrada para combater em solo italiano, foi, de certo modo, um fruto de “coincidência”.(FERRAZ, 2020).

Essa inferência por trás de uma “coincidência”, seria explicada tendo em vista as questões envolvendo a mobilização e o perfil dos jovens em idade de alistamento militar. Como já dito, e retomando o ponto da obra *Irmãos de Arma*, dos autores Maximiano e Gonçalves (2005), a F.E.B foi integralizada sob circunstâncias “improvisadas”, uma vez que grande parte dos jovens pertencentes a elite do país, majoritariamente brancos, investiram em qualquer tentativa que lhes fossem cabível para escapar ao alistamento em idade militar, qualquer atitude que lhes colocassem fora de um “perigo desconhecido” foi tomada. Diante disso, cabe apontar brevemente o que estava por trás, a respeito da ideia primária para formar a F.E.B,

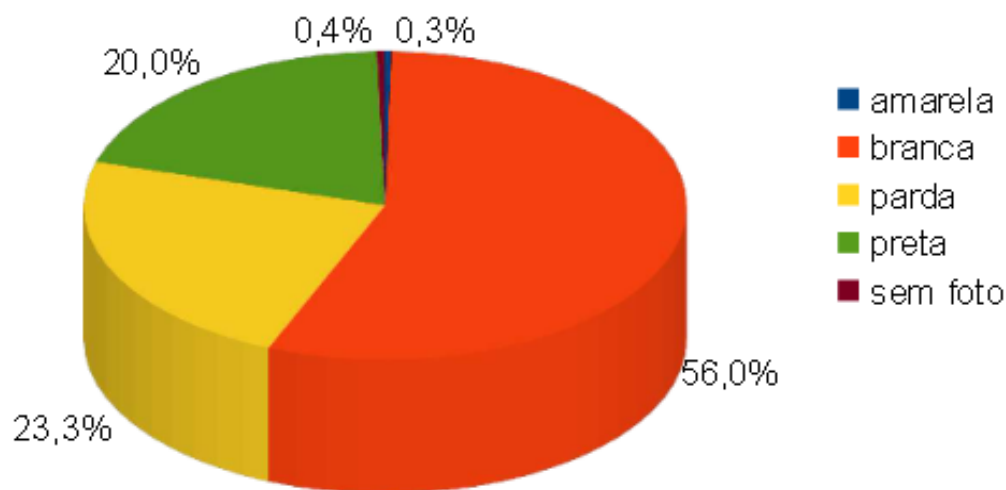
Quando planejaram a formação das unidades expedicionárias para combater no exterior, as autoridades militares não tinham como principal objetivo a integração racial, mas sim selecionar para o Corpo Expedicionário os 3% melhores do total da população masculina em idade militar - cerca de 60.000 homens em 2 milhões.(FERRAZ, 2020, p.259).

A partir desse apontamento, e tendo em vista a evasão do alistamento militar por parte das elites do país (sobretudo essa elite que possuía privilégios financeiros, tão logo acesso às questões educacionais, sanitárias, etc.). A F.E.B foi então, majoritariamente composta por pessoas de nível educacional mais baixo

(analfabetos ou semianalfabetos), de características financeiras mais vulneráveis e perfil físico inferior. Dessa mesma perspectiva, fica evidente que, segundo Ferraz: “De fato, se os critérios de seleção dos expedicionários fossem seguidos até o final da formação da FEB, o perfil da FEB deveria ter a proporção de mais soldados brancos, em comparação com pardos e negros, do que realmente tinha.”(FERRAZ, 2020, p.267).

Sintetizando essa ideia, a tabela abaixo mostra percentuais da miscigenação que compunha a F.E.B, traçando um paralelo contemporâneo com critérios do atual IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística):

Cor da pele (com base nos critérios do IBGE)



Fonte: Ribeiro (2013, p.167)

Em se tratando ainda da questão da heterogeneidade, torna-se imprescindível citar a relevância do papel feminino na mobilização e integralização da sociedade no chamado *front* civil. A ideia que o governo de Vargas tinha na época, era a de mobilizar mulheres para condicionar uma instauração de políticas que remontassem ao coletivo da sociedade, uma integralização entre os gêneros para complementar o que o Brasil dispôs para a guerra, os tributos que seriam os chamados filhos da pátria (CYTRYNOWICZ, 2000.). Em sua maioria, as

enfermeiras correspondiam a jovens entre dezoito e trinta e seis anos, e dentre inúmeros fatores, elas somaram e tiveram uma finalidade que foi vital para uma tentativa de amenizar as dificuldades encaradas pelas praticas no dia a dia da realidade de guerra.

Inicialmente, a ideia de incorporar enfermeiras brasileiras junto à FEB, se deu pelo fato da escassez de enfermeiras norte-americanas, que levou rapidamente à necessidade do Brasil de tomar alguma atitude. Como aponta Cytrynowicz:

Pode-se considerar que o envio das mulheres ao *front* militar na Primeira e Segunda Guerras Mundiais, integra o processo de constituição do *front* interno ou civil. Por meio de uma série de políticas de Estado, todos os indivíduos e todos os recursos civis podem ser mobilizados.(CYTRYNOWICZ, 2000, p. 101).

Foi a partir disso, então, que juntamente com o jornal “*O Globo*” do ano de 1943, o governo brasileiro solicitou a convocação para qualquer grupo de mulheres, fossem solteiras, viúvas ou separadas que desejassem ingressar na expedição militar que era a de se “aventurar” nas incertezas da realidade de guerra. Para isso, obviamente, deveriam possuir um diploma em enfermagem e ainda assim, uma vez chamada, a enfermeira teria que “aprofundar” seus conhecimentos em uma espécie de treinamento diferenciado para situações de guerra. Tudo isso, vinculado ao Curso de Emergência de Enfermeiras da Reserva do Exército (CEERE), ministrado pela Diretoria de Saúde do Exército, cujo objetivo era formar o Quadro de Enfermagem(QEERE). (BERNARDES, 2005, p. 315).

Com base no exposto, torna-se evidente que os esforços que uma guerra necessita, alcançam não somente o território em que uma guerra ocorre, mas também afetam e implicam em todo um esforço dentro dos países envolvidos. No caso brasileiro, a situação de beligerância implicou em toda uma mobilização que envolveu diferentes grupos, diferentes classes sociais, e mais do que isso, a Segunda Guerra mundial foi inovadora no que diz respeito as novas demandas que surgiram. A história do um país como o Brasil, que fora desacreditado quanto a mandar pessoas rumo à guerra no combate ao nazifascismo, ainda que em números “simbólicos” jamais cheguem ao expressivo número que a segunda guerra mundial propiciou, cabe destacar que, os pouco mais de 25.000 expedicionários brasileiros (soldados, aviadores e enfermeiras) deram de si a contribuição máxima que se pode exigir de um cidadão: defender a pátria com o risco da própria vida. Nas palavras

de Ferraz, “Não há nada simbólico na perda da vida de centenas de jovens, e nas marcas indelévels que o horror da guerra deixou para os outros milhares de combatentes que retornaram ao Brasil.”(FERRAZ, 2005, p.53).

Conclusão

O intuito dessa pesquisa, como já evidenciada à introdução, foi analisar o contexto político e as questões sociais envolvendo a participação da Força Expedicionária Brasileira, expressando a deficiência do Exército em formar um contingente capaz de combater na Segunda Guerra Mundial devido à falta de equipamentos e preparos adequados; sentimentos apresentados pelos pracinhas diante do front, onde o medo, apesar de não relatado de forma direta, sempre estava presente, juntamente com a religiosidade dos combatentes; o retorno ao convívio da família e dificuldades na reintegração social, sendo rapidamente esquecidos pela sociedade.

Como bem explicitou o historiador Francisco César Ferraz, à época fora evidenciada a chamada diplomacia ambígua de Vargas, pois em seu regime conhecido por Estado Novo, que perdurou entre os anos de 1937 a 1945, além de expressar simpatias fascistas, concomitantemente relacionava-se para com os interesses norte-americanos. Ao aceitar a política estratégica dos Estados Unidos da América, que, em contra partida, patrocinaria a construção de uma siderurgia no Brasil, bem como equiparia as Forças Armadas Brasileiras, o governo brasileiro, após pressões, tomara partido.

Apesar da desconfiança dos americanos devido às afeições pelo fascismo por parte de Vargas e de parcela da sociedade, resolveu-se aceitar as exigências com relação à sua política externa, pois o país, dentro do ponto de vista estratégico, favoreceria a guerra no Atlântico, forçando o rompimento com a neutralidade, que logo depois se transformaria em estado de beligerância, uma vez que a soberania nacional fora ferida através de torpedamentos de navios brasileiros por parte da Alemanha.

Nesses apontamentos finais sobre esse trabalho, compreendemos que a história da F.E.B vai muito além dos contos de literatura militar, em que são simples as explicações sobre um treinamento deficitário da tropa, sobre a rápida adaptação aos diversos nuances que envolvem o combate real, sobre a irreal participação decisiva brasileira nos momentos finais do conflito e sobre a recepção gloriosa dos heróis, que logo depois seriam descartados da História do País.

A História da F.E.B é complexa por esta ter sido, desde sua origem, baseada

em indivíduos e não caracterizada por um espírito de grupo ou de normas definidas. E tampouco formada a partir de uma população homogênea e consciente do papel que iria desempenhar. A FEB surgiu pela vontade de Vargas, um único personagem que decidiu pelo lado norte-americano para lutar, pela participação de todos os Estados do Brasil naquele grupo, pelas exceções paternalistas que regiam quem iria ou não para a Guerra, e que transformou uma participação, de improvável para dignificante.

FONTE PRIMÁRIA

Acervo do jornal **O CRUZEIRO DO SUL** – Edições de 3 de janeiro de 1945 a 31 de maio de 1945. Disponível em <http://memoria.bn.br/hdb/periodico.aspx>.

Acervo do Jornal **Globo Expedicionário** – 1ª e 2ª Edições, 1944 e 1945. Disponível em: <http://bndigital.bn.br/acervo-digital/globo-expedicionario/177415>

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARBOSA, M. R. J. A influência das teorias raciais na sociedade brasileira (1870-1930) e a materialização da Lei nº 10.639/03: Revista Eletrônica de Educação. São Carlos, v.10, n.2, p.260-272. ago. 2016,

BARONE, João.1942: O Brasil e sua guerra quase desconhecida. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2013.

Bernardes MMR, Lopes GT, Santos TCF. O cotidiano das enfermeiras do exército na força expedicionária brasileira (FEB) no teatro de operações da 2ª Guerra Mundial, na Itália (1942-1945). Revista Latino-americana Enfermagem 2005 maio-junho; 13(3):314-21.

BERNARDES, Margarida Maria Rocha. LOPES, Gertrudes Teixeira. As enfermeiras da força expedicionária brasileira no *front italiano*. Revista Escola Enfermagem USP Ed. 41 vol.3. 2007. Pp 447- 453.

BLAJBERG, I. Um duplo perigo: soldados judeus na Força Expedicionária Brasileira. **Arquivo Maaravi**, [s. l.], v. 11, n. 21, p. 70–84, 2017. DOI 10.17851/1982-3053.11.21.70-84. Disponível em: <http://search.ebscohost.com/login.aspx?direct=true&db=rh&AN=ATLAI14191>

129000793&lang=pt-br&site=eds-live&scope=site. Acesso em: 22 out. 2020.

BRAGA, Ruben. Crônicas de guerra na Itália. Rio de Janeiro: Record, 2005.

COSTA, Daniel Neto da. Força Expedicionária Brasileira: um cotidiano de incertezas sob a ótica dos pracinhas. 2019. 45 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado e Licenciatura em História)—Universidade de Brasília, Brasília, 2019.

CYTRYNOWICZ, Roney. Guerra sem guerra: a mobilização e o cotidiano em São Paulo durante a Segunda Guerra Mundial. São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo/Geração Editorial, 2000.

FERRAZ, Francisco César Alves. Os brasileiros e a Segunda Guerra Mundial. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2005.

FERRAZ, Francisco César Alves. “Todas as falhas e virtudes desse povo” :considerações sobre a composição racial Força Expedicionária Brasileira. Antíteses, Londrina, v.13, n. 25, jan-jun. 2020. p. 242-277.

GUIMARÃES, Antônio Sérgio Alfredo. A questão racial na política brasileira (os últimos quinze anos). **Tempo Social**; Rev.Sociol. USP, S.Paulo, **13**(2): 121-142, novembro de 2001.

KOELLER, Kleber Figueiredo Gonçalves. “O Posto Avançado de Neuro-Psiquiatria da FEB”. A atuação do Estado brasileiro através da Clínica Médico-Psiquiátrica na Força Expedicionária Brasileira(1943-1945). Monografia (Bacharel em História) – Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, 2008.

LOCHERY, Neil. Brasil Os Frutos da Guerra. Rio de Janeiro: Editora Intrínseca, 2015.

LONGA JORNADA COM A FEB NA Itália: DE VOLTA A VIDA CIVIL.

Disponível em:<www.portalfeb.com.br>. Acesso em 20 de set. de 2020.

MARIANE, P. **O que a FEB ensinou sobre diversidade racial em plena 2ª Guerra Mundial.** Disponível em: <<https://www.cnnbrasil.com.br/nacional/2020/07/04/o-que-a-feb-ensinou-sobre-diversidade-racial-em-plena-2-guerra-mundial>>. Acesso em 15 out. de 2020.

MAXIMIANO, César Campiani; GONÇALVES, José. Irmãos de Armas. São Paulo: Conex, 2005.

MAXIMIANO, César Campiani, Sujos, barbudos e fatigados. São Paulo: Grua livros, 2010.

O Cruzeiro do Sul – Publicação do Serviço Especial da F.E.B. Disponível em: <<https://www.bn.gov.br/acontece/noticias/2020/06/cruzeiro-sul-publicacao-servico-especial-feb>> Acesso em 25 de set. de 2020.

PEREIRA, F. D. A. S. **O impacto cultural na alimentação dos soldados da FEB e a logística de suprimento na Itália (1944-1945).** Disponível em: <http://wpro.rio.rj.gov.br/revistaagcrj/wpcontent/uploads/2018/09/AGCRJ_revista_14-103-121.pdf>. Acesso em 22 de out. de 2020.

RIBEIRO, Frederico Soares. Os febianos: experiência, consciência e agência dos trabalhadores brasileiros convocados para a guerra na Força Expedicionária Brasileira - FEB(1943–1945). Revista Mundos do Trabalho | Florianópolis | vol. 11 | 2019 | p. 1-30

RIBEIRO, Patrícia da Silva. Em luto e luta: construindo a memória da FEB. 2013. Tese (Doutorado em História) - Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil – CPDOC, Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 2013.

ROQUE, D. M. **Aquelas mulheres de farda:** Disponível em:

<http://ebrevistas.eb.mil.br/index.php/REB/article/view/4410>>. Acesso em 24 de set. de 2020.

ROSENHECK, Uri. Olive Drab in black and white: the Brazilian Expeditionary Force, the US Army and Racial National Identity. *Esboços*, Florianópolis, v. 22, n. 34, p. 142-160, 2015.

SILVA, Letícia Borges da. Histórias de guerra: a participação da Força Expedicionária Brasileira na II Guerra Mundial. 2003. 58 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História) - Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2003.

WAACK, William. As duas faces da glória: a FEB vista pelos seus aliados e inimigos. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

MEMÓRIA IMPRESSA

COSTA, Marcos Antonio. Memórias de Soldados: A História da Força Expedicionária Brasileira. Rio de Janeiro, 1ª ed. Edição do Autor, 2013.

VÍDEOS

Arquivo Nacional. FEB na Itália (10min). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=WwuV2_YAKzQ> Acesso em 26 set. de 2020.

Arquivo Nacional. Força Expedicionária Brasileira na Itália. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=DMMFUDD8vEo>. Acesso em 14 maio de 2021.